

Demétrio Ramos, o caudilho do Timbó: relações de poder e narrativas acerca de um personagem do Contestado

Demétrio Ramos, the Timbó caudilho: power and narrative relations about a customer character of Contestado

Eloi Giovane Muchalovski¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar a trajetória de um personagem que é representação do contexto político e social do sul do Brasil, no final do século XIX e início do XX: Demétrio Ramos. Ligado a distintas esferas de poder, Demétrio teve influência ou participou de diferentes conflitos e revoluções – Revolução Federalista (1893-1895), Guerra do Contestado (1912-1916), Revolução de 1923 e Revolução Constitucionalista (1932). Sob o aporte teórico da micro-história e da biografia histórica, e a partir da análise de fontes jornalísticas, se propõe pensar as relações de poder estabelecidas nos primeiros anos da República – momento de tensão e intensa discussão sobre seus aspectos federativos – como uma complexa teia de arranjos políticos, a qual interliga questões de parentesco, disputa de terras, conflitos locais e ideais revolucionários. Mesmo não tendo sido combatente na Guerra do Contestado, as narrativas da atuação de Demétrio nos vales dos rios Timbó e Paciência contribuíram, substancialmente, para a adesão de parte da população sertaneja do planalto meridional ao Movimento do Contestado.

Palavras-chave: Contestado; biografia; Primeira República.

Abstract: This article aims to present the trajectory of a character that is a representation of the political and social context of southern Brazil in the late 19th and early 20th centuries: Demétrio Ramos. Linked to different spheres of power, Demétrio had influence or participated in different conflicts and revolutions – Federalist Revolution (1893-1895), Contestado War (1912-1916), Revolution of 1923 and Constitutionalist Revolution (1932). Under the theoretical support of microhistory and historical biography, and from the analysis of journalistic sources, we propose to think of the power relations established in the early years of the Republic – a time of tension and intense discussion about its federative aspects – as a complex a web of political arrangements, which links kinship, land dispute, local conflict and revolutionary ideals. Even though he was not a combatant in the Contestado War, the narratives of Demétrio performance in the Timbó and Paciência river valleys contributed substantially to the adhesion of part of the southern plateau population to the Contestado movement.

Keywords: Contestado; biography; First Republic.

Introdução

No dia 8 de fevereiro de 1906, o jornal curitibano *A Notícia* publicava, em primeira página, extensa matéria sobre a ação de um veterano da Revolução Federalista (1893-1895), na região delimitada pelos rios Timbó e Paciência, no atual planalto norte

¹ Mestre em História (UNICENTRO). E-mail: eloigiovane@gmail.com

catarinense. Na época, território disputado pelos estados do Paraná e Santa Catarina. A matéria referia-se ao então coronel da Guarda Nacional, Demétrio José Ramos, anunciado em capa como: “*O caudilho do Timbó*”²; uma alusão ao suposto papel de liderança carismática junto a um grupo de defensores da causa catarinense na questão de limites³. Grupo este que, na opinião da imprensa do Paraná, era formado por bandoleiros oriundos de várias partes do país, os quais buscavam nos vales dos rios Timbó e Paciência um valhacouto para seus desregramentos (MUCHALOVSKI, 2018).

O estudo da trajetória deste personagem, que é ao mesmo tempo enredo e objeto do presente texto, ilustra, dentre outros nuances, o envolvimento da elite latifundiária do planalto meridional nas bases da política da Primeira República, formada, sobretudo, por coronéis da Guarda Nacional, os quais mantinham acirrado controle social sobre a população sertaneja da região; formada, mormente, de agricultores pobres, pequenos e médios posseiros, peões e tropeiros. No caso aqui tratado, observa-se como determinadas redes de cooperação e proteção política e militar se deram, permitindo que um indivíduo, estreitamente ligado às iniciativas federalistas, pudesse, ao mesmo tempo, ter a salvaguarda do governo catarinense e de alguns políticos paranaenses.

Ligado a distintas esferas de poder, Demétrio Ramos esteve envolvido ou participou de diferentes conflitos, como a Revolução Federalista, de 1893-1895, o Contestado, entre 1905-1906⁴, a Revolução de 1923 e a Revolução Constitucionalista, de 1932. Considerado

² O conceito de caudilhismo, apesar de revisitado nas últimas décadas, principalmente pela historiografia argentina, representava, na época aqui estudada, ou seja, no seu sentido clássico, uma espécie de poder ruralizado, tendo a violência como expressão política e o vazio institucional como campo de manifestação (TELES, 2015). Nesse sentido, o termo caudilho foi pejorativamente concebido como designação de um chefe político que, por meio de uma força militar própria, impunha o seu poder através da violência.

³ Ficou conhecida como questão de limites, a contenda judicial entre os estados do Paraná e Santa Catarina pela posse de território, ocorrida entre meados do século XIX e início do XX. Para aprofundar este assunto, ver Petroli (2018).

⁴ É importante salientar que a questão do “Contestado” difere da “Guerra do Contestado”. Enquanto a primeira caracterizou-se por uma disputa política e judicial entre os estados do Paraná e Santa Catarina pela posse de vasto território do atual planalto catarinense, a segunda consistiu-se de um conflito armado entre o Exército Brasileiro – auxiliado pelas forças públicas estaduais e de civis contratados – e sertanejos rebelados em oposição aos desmandos do poder local, contra a concentração fundiária e frente a expropriação do capital estrangeiro a pequenos e médios posseiros, levada a cabo através da companhia *Brazil Railway* e sua subsidiária a *Lumber Company*.

pelos “historiadores de farda”⁵ como o “primeiro jagunço de briga do Contestado” (MIRANDA, 2012, p. 47), foi alvo de intenso debate na imprensa do Paraná, durante o ano de 1906, sendo acusado de praticar depredações e homicídios nos vales dos rios Timbó e Paciência, entre as vilas de União da Vitória e Canoinhas, espaço de limites indefinidos e disputado por coronéis, posseiros e pequenos sitiantes.

Destarte, sob o aporte teórico da micro-história e da biografia histórica, propõe-se pensar as relações de poder estabelecidas nos primeiros anos da República – momento de tensão e intensa discussão sobre seus aspectos federativos – como uma complexa teia de arranjos políticos, a qual interligava questões de parentesco, disputa de terras, conflitos locais e ideais revolucionários, colocando sob reflexão os discursos e ações policiais implementadas entorno das tentativas de prisão de Demétrio, que por sua vez contribuíram para a adesão dos habitantes do planalto norte ao Movimento Sertanejo do Contestado, em 1912.

Pois, através do estudo de trajetória, como a de Demétrio, permite-se ler determinados contextos que sobrepujam a unidade do individual, uma vez que a biografia histórica propõe preocupações que dialogam com os cenários espaciais e temporais em que o próprio sujeito estudado estava inserido. Desta forma, a biografia – outrora tão criticada pelos *Annales* devido as pretensões globalizantes da História nas quais o indivíduo por si só não era capaz de explicar as estruturas da longa duração – teve novos incitamentos com o retorno da narrativa, suscitando modelos de pesquisa “mais rigorosos, capazes de demonstrar as tensões existentes entre a ação humana e as estruturas sociais, colocando o personagem e seu meio numa relação dialética e assegurando à História o caráter de um processo com sujeito” (AVELAR, 2010, p. 158).

Em outras palavras – porém com o mesmo objetivo de demonstrar a prolifidade do uso da biografia na História e os caminhos seguidos por este método historiográfico

⁵ O termo historiador de farda é utilizado pelo historiador Rogério Rosa Rodrigues (2008) para nomear oficiais militares que participaram da campanha do Exército na Guerra do Contestado e que posteriormente publicaram obras sobre a guerra. Estes, também são referenciados pela historiografia com a denominação “oficiais memorialistas”.

e, porque não, literário, o qual perpassou uma gama de críticas, ressurgimentos e renovações –, Priore (2009, p. 9) salienta que a “biografia histórica integrou as aquisições da história social e cultural, oferecendo aos diferentes atores históricos uma importância diferenciada, distinta, individual”. Contudo, este ressurgimento não objetiva a pura e simples descrição de uma vida, “de um indivíduo isolado, mas, a história de uma época vista através de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos”.

Nessa perspectiva, principalmente a partir da década de 1980, o estudo de trajetórias ganhou novo impulso, reverberando antigas preocupações com o individual, entretanto com novas feições, desligada objetivamente dos grandes feitos, mas preocupada com os contextos, com as tramas e as ligações estabelecidas entre sujeito e seu tempo. Como disse Veyne (2014, p. 57), a História:

[...] não se ocupa de indivíduos, mas daquilo que oferecem de específico, pela boa razão que [...] não há nada a dizer da singularidade individual que possa servir de suporte à valorização (‘porque era ele, porque era eu’). O indivíduo, seja como papel principal da história ou figurante entre milhões de outros, só conta historicamente pela sua especificidade.

Portanto, a história enquanto narrativa, ao contrário da ortodoxia do individualismo heroico dos positivistas, passou a olhar através do indivíduo para além do indivíduo. Uma espécie de moldura a retratar um quadro muito mais amplo, todavia emoldurado pelas delimitações de seu contorno. Assim, em muito auxiliado pela corrente italiana da micro-história, que promoveu o “esmigalhamento” da História (DOSSE, 1992) com critérios bastante rigorosos e problematizados, a biografia cimentou novas bases na historiografia. Portanto, o estudo de trajetória permite narrar eventos e contextos plurais com um fio condutor singular, que é a figura do narrado. Destarte, o percurso de Demétrio Ramos denota a conjuntura da Primeira República nos seus aspectos estruturais, de disputas e arranjos políticos em um sistema ainda em implantação, mas com objetivos em conflito, representados pelos distintos grupos oligárquicos em disputa, assim como por uma população espoliada e à margem de tal projeto.

Origens e relações de parentesco

Demétrio José Ramos pertencia a uma tradicional família de pecuaristas rio-grandenses e catarinenses. Seu pai, Fidelis José Ramos, fundou em Vacaria, no ano de 1840, a Fazenda da Estrela, considerada o maior latifúndio já existente no município. Preservada até hoje, é o provável local do nascimento de Demétrio. Seu avô, Laureano José Ramos, filho de portugueses, nasceu em São Miguel da Terra Firme, hoje município de Biguaçu, teria recebido o sobrenome Ramos por nascer no domingo de ramos. Antes de estabelecer-se na região de Coxilha Rica, município de Lages, Laureano residiu em São Francisco do Sul, Lapa e Vacaria (RAMOS FILHO, 2002).

Foi no Rio Grande do Sul que Demétrio passou sua infância e deu os primeiros passos de envolvimento político, sendo nomeado coronel da Guarda Nacional. Entretanto, foi em Santa Catarina que a família Ramos se tornou influente. Vidal Ramos, primo de Demétrio, foi deputado, senador e governador do Estado. Seu respectivo filho, Nereu Ramos, foi o único catarinense a ocupar o cargo de presidente da República. Demétrio casou-se com Eulália Correia de Lacerda, neta do senador paranaense Joaquim Resende Correia de Lacerda, o mesmo que liderou a resistência aos federalistas durante o Cerco da Lapa, em 1894.

Relacionado por vínculos familiares a diferentes líderes políticos e influentes latifundiários pecuaristas, Demétrio dispunha de um facilitado trânsito no jogo da aristocracia sulista. E sob este cenário, tomou parte como “maragato”⁶ na Revolução Federalista (1893-1895) liderando tropas em combates travados na região de fronteira entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Nas páginas dos jornais, era constantemente retratado como líder bandoleiro, imagem da qual, por seu envolvimento na causa

⁶ A origem do termo maragato está diretamente ligado à Revolução Federalista (1893-1895), atribuída de maneira pejorativa aos revoltosos que deixaram o exílio no Uruguai e entraram no Rio Grande do Sul à frente de um exército durante o conflito. Tendo o exílio ocorrido no Uruguai, em região de colonos originários da Maragateria, norte da Espanha, os republicanos apelidaram-nos de maragatos, na busca de caracterizar uma identidade estrangeira aos federalistas. Com o tempo, o termo perdeu a conotação pejorativa e assumiu significado positivo, aceito e defendido pelos federalistas e seus sucessores políticos. O que identificava um maragato era o lenço vermelho no pescoço (MOURE, 1994).

federalista, nunca pudera mudar. Em junho de 1894, fora acusado pelo promotor de justiça da Comarca de Vacaria, José Cândido de Campos Júnior, de ter liderado o bando que invadiu a casa deste mesmo promotor, imputando-lhe diversas humilhações e agressões a sua família. O episódio, dera-se em pleno auge da guerra e, segundo o próprio José Cândido, o bando fez “o mesmo nas casas de outros vizinhos, de modo a plantar o pânico no seio das pobres famílias d’aquela localidade” (A FEDERAÇÃO, 25/06/1894, p. 2). No entanto, seu irmão, Laureano Ramos, afirmara que Demétrio não tomara parte nos combates em Cima da Serra, pois encontrava-se naquele momento em Lages, a 30 léguas distante (A FEDERAÇÃO, 25/06/1894, p. 2).

A trajetória de Demétrio em seu estado natal, ilustra o ambiente de instabilidade política dos primeiros anos da República no Brasil. Se na esfera federal uma sucessão de golpes mudara o governo três vezes nos primeiros cinco anos, no Rio Grande do Sul, ao todo, dez governantes alternaram-se no poder durante o mesmo período. Com a grande maioria dos estancieiros descontentes com a traumática situação da economia na época, momento em que “estabeleceu-se um cenário desolador de febre especulativa, conhecido como o Encilhamento” (AXT, 2018, p. 110), o fomento de uma revolta por maior autonomia dos entes federados e a descentralização do poder republicano, colocaram em embate apoiadores do Partido Republicano e do Partido Federalista. No mesmo período, a Revolta da Armada (1893) que sitiou o Rio de Janeiro e instaurou um governo provisório em Desterro (atual Florianópolis), colocava em xeque a capacidade de manutenção do novo regime.

Com a sucessão de fracassos das tropas federalistas – incluindo a derrota no Cerco da Lapa, em fevereiro de 1894, e a retomada de Desterro pelas forças de Floriano Peixoto, dissolvendo a Revolta da Armada e possibilitando o envio de maior contingente de soldados para o Sul – vários líderes revolucionários, a partir de junho de 1894, depuseram suas armas. Apesar disso, Demétrio resistia. Segundo matérias do jornal sul-rio-grandense *A Federação*, de 20 de maio e 22 de junho de 1895, Laureano Ramos, a pedido de seu irmão, negociara a rendição do bando então estabelecido na região de Lagoa Vermelha, recebendo garantias para apresentarem-se às tropas legalistas. Porém, nesse

interim, Demétrio, auxiliado por seu irmão, teria liderado a tomada da vila de Conceição do Arroio (atual município de Osório), em abril de 1895, demonstrando não consentir a derrota dos federalistas (A FEDERAÇÃO, 22/06/1895, p. 2). Resistiu até os meses finais daquele ano, desistiu da luta sem entregar-se, porém.

Nos jornais, as diferentes narrativas sobre a participação de Demétrio nos combates da Guerra Federalista imputaram-lhe rótulos, dos quais não mais pôde desfazer-se. De outra parte, seu parentesco com influentes membros da elite política catarinense o blindavam, contestando na imprensa qualquer situação que o expusesse como malfeitor à opinião pública. Segundo Thomé (2011), após a derrota dos federalistas, os irmãos Demétrio e Laureano venderam suas fazendas, tendo o primeiro rumado para região do Timbó e o segundo para o Mato Grosso.

O primeiro “jagunço” de briga do Contestado

Antes de estabelecer-se no vale do rio Timbó, Demétrio radicou-se na região de Palmas. Porém, por ser considerado fugitivo da justiça sul-rio-grandense, sua presença no território do Paraná não era consentida pelos coronéis locais. Ademais, para aquele mesmo estado, logo após o findar da guerra, rumara o então capitão Fabrício Vieira, antigo “pica-pau”⁷, também nascido em Vacaria, o qual dispunha sob suas ordens grande número de “vaqueanos”⁸, prestando assim serviços dos quais se necessitasse de homens armados. Tal fato, somado a sua origem federalista, contribuiu para que Demétrio buscasse refúgio em terras de jurisdição catarinense.

⁷ Na Revolução Federalista, os republicanos, também conhecidos como governistas ou castilhistas, passaram a ser chamados de pica-paus devido ao fato de usarem um enfeite no chapéu, semelhante a crista de um pica-pau. O termo inicialmente pejorativo, atribuído pelos maragatos, foi incorporado como símbolo identitário.

⁸ Os vaqueanos constituíam uma espécie de milícia particular dos coronéis. Conhecedores dos caminhos do Contestado eram contratados para diversos serviços, incluindo construção de estradas e cercas, mas seu papel principal era servir como capangas armados. Durante a Guerra do Contestado, em torno de 2 mil vaqueanos foram contratados, armados e municiados pelo Exército como força civil em auxílio as tropas militares.

No Rio Grande do Sul, Fabrício lutou sob o comando do Senador Pinheiro Machado, tendo liderado tropas em vários combates. Teria sido obrigado a mudar-se para o Paraná, juntamente com sua família, devido ao fato de ter, em duelo, matado um jovem moço, filho de importante fazendeiro da região, estabelecendo-se, portanto, na localidade de Frontin, às margens do rio Iguaçu, mais precisamente na fazenda Chapéu do Sol, propriedade do político Pinheiro Machado (POYER, 2018).

Assim como no Contestado, em outras tantas regiões do país também houve conflitos e disputas entre estados pela demarcação dos limites territoriais. Uma vez que a legislação das terras passava a ser incumbência dos entes federados, com autonomia para tributar sobre a produção destas, o clima de tensão e hostilidade já existente, em alguns casos, desde o Império, ganhava novos contornos. Movimentações de forças policiais, entre um estado e outro, sem o devido respeito aos limites territoriais, incitava a imprensa a digladiar-se entre si, opondo diferentes jornais, os quais, em sua grande maioria, eram órgãos representativos dos partidos republicanos.

Em 1899, o jornal *A Federação*, de Porto Alegre, demonstrava seu ranço perante os periódicos *Echo do Sul* e *Tribuna do Povo*, ambos do município de Rio Grande, considerando-os “gazetinhas do sul do Estado” (A FEDERAÇÃO, 21/07/1899, p. 1). A indignação exposta em matéria de capa, acusando-os de fazerem “politicagem federalista”, tivera origem na publicação de notícia afirmando que uma brigada militar do Rio Grande do Sul, sem autorização do governo, sob ordens do chefe de polícia estadual e liderada pelo capitão Fabrício Vieira, teria invadido o Paraná, na região de Palmas, com intuito de proceder a prisão do coronel Demétrio Ramos. Segundo o *A Federação*, houve sim o adentramento de uma tropa da força estadual em Palmas, mas esta teria sido requisitada pelo estado do Paraná, e que um segundo contingente de civis do bando de Fabrício Vieira também seguiu para a região em busca de Demétrio, tendo as duas forças se encontrado em Palmas, onde tiveram uma recepção oficial “com manifestação de aplausos e música” (A FEDERAÇÃO, 21/07/1899, p. 1).

Fugindo da perseguição das forças rio-grandenses, Demétrio obteve proteção do governo de Santa Catarina. Recebeu concessão para explorar ervais nativos nos vales dos

rios Timbó e Paciência, local de abundância da planta e parte integrante da área reivindicada por Paraná e Santa Catarina no caso conhecido como Contestado. Nessa região, também agia gente de Fabrício Vieira, o qual instalara em União da Vitória, município paranaense localizado às margens do Iguaçu e próximo a foz do Timbó, um escritório de negócios para comercialização da erva-mate. Logo, as rivalidades que os fizeram lutar de lados opostos na Revolução Federalista os colocava em nova disputa, desta vez pelos ricos ervais do território contestado.

Residindo próximo ao pequeno povoado de Vila Nova do Timbó, Demétrio Ramos tornou-se figura influente perante aquela população, principalmente sobre pequenos posseiros que eram espoliados pelo coronelismo local tendo suas terras registradas em cartórios paranaenses. Nesse interim, a imprensa do Paraná passou a acusar Demétrio de liderar uma horda de bandoleiros naquele espaço, promovendo diversos crimes. Toda a região dos vales do Timbó e Paciência passou a ser epicentro das tensões geradas pela indefinição dos limites territoriais, o qual se arrastava na justiça desde de 1853, quando Santa Catarina apresentou à Assembleia Geral Legislativa um projeto determinando a área total da província, afirmando “possuir limites naturais, como sejam os rios Negros e Iguaçu ao norte, o Uruguai ao sul, ao oriente o oceano e ao poente as fronteiras argentinas” (BRASIL, 1904).

Em 1904, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedente as alegações de Santa Catarina, logo “os paranaenses passam a interpretar quaisquer medidas administrativas dos catarinenses na região contestada como uma forma de execução, à força, da primeira sentença, que ainda era objeto de recurso” (MACHADO, 2004, p. 131). Em 1909, o STF rejeitou os embargos impetrados pelo estado do Paraná, decisão reafirmada em 1910. Contudo, mesmo com a decisão de 1904, especialmente na região dos vales do Timbó e Paciência, entre as vilas de União da Vitória e Canoinhas, nunca houve um consenso sobre a questão de limites. Os catarinenses consideravam como delimitadores de seu território os rios Negro, Iguaçu e Timbó; já os paranaenses alegavam ser ambas as margens desses rios pertencentes ao seu domínio, tendo como limítrofe o rio Preto, na região de São Bento, ponto a leste da área contestada.

A indefinição sobre a questão de limites, comum também em outras partes do Brasil na época, criara uma instabilidade social, agravada pela inserção do capital estrangeiro na região através da instalação da companhia norte-americana *Brazil Railway Company* – responsável pela construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande –, bem como pela destrutiva exploração madeireira e posterior grilagem de terras realizada por sua subsidiária, a *Southern Brazil Lumber Colonization Company*, responsável por expropriar posseiros e sitiantes impedindo-os de proceder a coleta de erva-mate.

Arregimentando em seu entorno uma população descontente com as investidas de coronéis defensores da causa paranaense sobre áreas de ervais, Demétrio passou a posicionar-se contra aquele estado. Em 1905, foi acusado pelo juiz municipal de União da Vitória, Moraes Machado, de depredar e incendiar propriedades em Vila Nova do Timbó, e cometer o assassinato dos sertanejos Caetano Baptista Vallões, João Fernandes e Manoel Vieira. Servira, na verdade, de “bode expiatório” pela imprensa curitibana na intenção de fazer pressão junto ao governo federal na tentativa de obter algum tipo de vantagem na questão de limites. Diversas matérias publicadas pelo jornal curitibano *A Republica*, órgão do Partido Republicano e dirigido durante longo tempo pelo governador paranaense Vicente Machado, tentavam convencer a opinião pública de que o estado de Santa Catarina permitia e dava proteção, principalmente na vila de Canoinhas e seu entorno, à vários criminosos procurados pela justiça, dentre eles o coronel Demétrio Ramos, o qual, segundo o jornal, era objeto de “precatória para cumprimento de prisão” enviada pela justiça do Rio Grande do Sul (A REPUBLICA, 19/01/1906, p. 1).

Por conseguinte, em 11 de janeiro de 1906, o juiz de União da Vitória procedera diligência na propriedade de Demétrio com intuito de prendê-lo e levá-lo sob custódia. Na ação, ocorrida durante a madrugada daquele dia, se fez inicialmente uma intensa descarga de arma de fogo contra as paredes da casa. Em seu interior, Demétrio não se encontrava, mas sim sua esposa e filhos, os quais foram feitos reféns durante horas, sofrendo diversas humilhações e tendo todos os cômodos vasculhados em busca do procurado. Não o encontrando, levaram presos toda a família, incendiando em seguida a propriedade. Na ocasião, também foi levado preso o inspetor policial de Vila Nova do Timbó (SANTA

CATARINA, 1906). Seguiram de barco até União da Vitória, utilizando Eulália e seus filhos como escudo humano, prevendo uma possível interceptação pelo bando de Demétrio (DIÁRIO DA TARDE, 19/01/1906, p. 1).

A diligência paranaense causara profunda revolta no governo de Santa Catarina, pois, para este estado, toda a margem direita do rio Timbó, onde encontrava-se a propriedade, era de jurisdição catarinense. De imediato, uma série de telegramas foram enviados ao presidente da República denunciando o ocorrido e solicitando intervenção federal na região. O caso tomara grandes proporções, uma vez que o presidente Rodrigues Alves era, já de longo tempo, acusado pelo governo paranaense de ser uma espécie de marionete do então Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas: Lauro Muller; governador licenciado de Santa Catarina que tinha como vice, em sua chapa, Vidal Ramos, primo-irmão de Demétrio.

Quando a família chegou escoltada a União da Vitória, o líder local, coronel Amazonas Marcondes, impediu Moraes Machado de mantê-los presos, os hospedando em sua casa e os enviando em seguida até a Lapa para serem acolhidos pelo irmão de Eulália, Duca Lacerda. Na imprensa, noticiava-se que Demétrio havia buscado abrigo junto ao delegado de Canoinhas, Antero Alves, e estaria organizando um ataque a União da Vitória, o que nunca ocorrera. O fato, porém, demonstra a rede de conexões políticas e familiares que blindavam Demétrio. Ter ligações com federalistas do Rio Grande do Sul, ser primo do vice-governador eleito de Santa Catarina e esposo de uma integrante da tradicional família Lacerda, possibilitava, apesar das adversidades, angariar determinados benefícios que eram uma constante na vida de um coronel. Como disse Faoro (2001, p. 714), “o coronel é, acima de tudo, um compadre, de compadrio o padrão dos vínculos com o séquito”.

Na historiografia, o que perdurou foi a versão paranaense dos fatos. Poucas obras trataram dos eventos, com um pouco mais ênfase as memorialistas, as quais apresentaram Demétrio como um “pernicioso sobrevivente da revolução de 1893” (PEIXOTO, 1920, p. 111), ou ainda, como o “primeiro jagunço de briga surgido no Contestado” (MIRANDA, 2012, p. 47). Enfim, rótulos claramente influenciados pelo discurso da imprensa da época.

Exilado em Canoinhas, saliência dominada pelos catarinenses no território contestado, Demétrio articulava sua saída da região. Contudo, tendo esposa e filhos acolhidos na Lapa, território paranaense, aguardou chegada de contingente do Exército a Canoinhas. Em 1º de fevereiro de 1906, o general comandante do 5º Distrito Militar comunicava o presidente do Paraná de que o “Ministro da Guerra, por intermédio do Chefe de Estado Maior do Exército, ordenou fazer seguir força federal para a zona do Timbó e Canoinhas na intenção de estabelecer a ordem alterada” (MUCHALOVSKI, 2018, p. 140-141). A confirmação da intervenção no Timbó gerou diversas manifestações públicas organizadas por políticos e populares. Governantes de diferentes estados se manifestaram contra a medida. Em Curitiba, passeatas em protesto foram organizadas.

Em concomitância, noticiava-se no jornal curitibano *Diário da Tarde*, em matéria de 9 de fevereiro, que o governo catarinense teria enviado para Canoinhas 25 carabinas e 1.000 balas. O material bélico serviria para que Demétrio e seus sequazes protegessem a vila das forças policiais do Paraná, naquele momento sediadas em Vila Nova do Timbó, as quais ameaçavam ocupar a vila “em nome da lei e da ordem” (DIÁRIO DA TARDE, 09/02/1906, p. 1). A informação foi logo desmentida, pelo governador de Santa Catarina, através dos jornais. Entretanto, em telegramas trocados entre o chefe estadual e o superintendente municipal de Curitiba – município do qual a vila de Canoinhas integrava –, e publicadas pelo jornal *O Dia*, de Florianópolis, confirmavam a remessa de armamento e munição, porém não para Canoinhas, e sim para Curitiba, oriundos de Lages e Campos Novos (O DIA, 11/02/1906, p. 1).

Na verdade, tampouco Demétrio invadiu União da Vitória quanto forças policiais paranaenses ocuparam Canoinhas. Após a chegada do Exército, deram-se garantias para que Eulália, juntamente com seus filhos, pudesse viajar ao encontro do marido. Juntos, rumaram com destino a Lages, tendo chegado à vila em abril de 1906. Recebidos com festa pela população e por seus parentes, Demétrio seguiu depois para Florianópolis, onde, segundo o *A Republica*, teria recebido o “diploma de doutor” (A REPUBLICA, 19/04/1906, p. 1).

No contexto da Primeira República, disputas entre estados e contra o governo federal, por definição de limites territoriais e maior autonomia fiscal e administrativa, não só impulsionavam uma série de tensões na “política dos governadores”⁹, como também serviram de fomento para levantes e revoltas que resinificaram antigas relações estabelecidas entre indivíduos de diferentes estratos da sociedade, entre agregados e coronéis por exemplo. Estes últimos dependiam de outras instâncias para manutenções do poder, principalmente do governo estadual (FAUSTO, 1995). Porém, a legitimação desse poder dava-se sobre a população e por meio da opressão. Demétrio, coronel da Guarda da Nacional e por isso protegido por determinadas autoridades estaduais, foi entendido e reconhecido como um membro da oligarquia catarinense, o qual não só poderia representar um ponto de apoio frente as investidas paranaenses no Contestado, como também um elemento inserido no meio rural da região, arregimentando em torno de si um corpo de resistência concentrada na população, a qual lhe atribuiu outro sentido, o de protetor da sanha dos coronéis do Paraná sobre as áreas de ervais. Portanto, um indivíduo a ser escudado não só por suas relações de parentesco com a elite política estadual, mas sobretudo pela capacidade de mobilização.

Demétrio e a Revolução de 1923

Segundo a historiografia do Contestado, depois de ter partido do Timbó, em 1906, nunca mais se teve notícia do paradeiro de Demétrio (MACHADO, 2004). Uns dizem que fez residência no Mato Grosso (PEIXOTO, 1995), outros que fora para São Paulo (QUEIROZ, 1977), assim como há menções de ter ele seguido para Lages (MIRANDA, 2012). Em 1969, José Borges Teixeira, em entrevista ao escritor e jornalista Fidélis Dalcin Barbosa, afirmara

⁹ A política dos governadores ou política dos Estados, implantada durante o governo de Campos Sales (1898-1902), significava um pacto entre os interesses políticos oligárquicos dos estados e do governo federal. Baseava-se na premissa de não haver interferência da Presidência da República nos conflitos regionais e o compromisso do congresso de dar irrestrito apoio ao poder Executivo, minimizando assim possíveis movimentos de oposição e arregimentando um sistema de trocas que mantinha certo equilíbrio nos poderes estaduais e federal. Para melhor compreensão do tema, ver Davalle (2003).

que no ano de 1923 seu sobrinho, Demétrio Ramos, teria retornado ao Rio Grande do Sul, vindo do Mato Grosso, para participar da Revolução de 1923, tendo dito que, como federalista, era “preciso envolver-se” na causa (BARBOSA, 2014, p. 221). Tal afirmativa corrobora com as informações constantes nos trabalhos de Peixoto (1995) e Machado (2004), os quais mencionam sua ida para o Mato Grosso, estado em que seu irmão, Laureano Ramos, já possuía fazendas desde o fim da Revolução Federalista (THOMÉ, 2011).

A Revolução de 1923, também chamada de Revolução Assista ou Libertadora, foi um movimento deflagrado no Rio Grande Sul em reação a reeleição de Borges de Medeiros para o cargo de presidente do estado. Liderados por Assis Brasil, então candidato ao governo estadual, porém derrotado em uma eleição fraudulenta, os revolucionários iniciaram uma série de levantes no intuito de destituir o presidente estadual reeleito, anulando a Constituição castilhistas e retirando os republicanos do poder. Estes revolucionários, chamados também de maragatos, em alusão a Revolução Federalista, buscaram guarida do governo federal e de outros estados na causa. Acreditavam também no apoio do Exército, o que não ocorrera. Em número muito menor, comparados as forças de Borges de Medeiros, os maragatos optaram por uma tática de guerrilha diferenciada. Evitavam sempre o confronto direto e promoviam a constante movimentação das tropas.

Arregimentando parte dos ex-federalistas, como foi o caso de Demétrio Ramos, os revolucionários contaram também com participação de “ex-ximangos”¹⁰, como o coronel Fabrício Vieira, proprietário de terras e explorador de erva-mate nos vales do Iguaçu, Timbó e Paciência. Chefe de numeroso grupo de vaqueanos contratados pelo Exército durante a Guerra do Contestado, Fabrício era desafeto de Demétrio desde as ocorrências com sua família em 1906. Lutando de lados opostos na Revolução Federalista (1893-1895), viam-se desta vez em luta pela mesma causa, ou seja, pela deposição de Borges de Medeiros.

¹⁰ O termo ximango teve sua origem ainda no Período Regencial, utilizado como uma espécie de apelido para designar os apoiadores do governo. Em referência a uma ave de rapina originária da América do Sul, no Rio Grande do Sul o termo foi utilizado em distintos momentos. Na Revolução Federalista, por exemplo, foi empregado pelos federalistas para denominar os governistas. Já durante a Revolução de 1923, o termo representava os apoiadores de Borges de Medeiros.

Ambos faziam parte das tropas comandadas pelo presidente do Partido Libertador, coronel Libório Antônio Rodrigues, o mesmo que comprara a Fazenda da Estrela, fundada pelo pai de Demétrio: Fidélis Ramos. A fazenda na época foi uma espécie de quartel general do movimento revolucionário, concentrando na região de Vacaria as ações de combate praticadas pelos maragatos. De lá, um contingente de tropas lideradas por Demétrio, “invadiu o Estado de Santa Catarina nos dias 19 e 20 de julho, combateu no Pinhal, Capão Alto e São João Velho contra o coronel Emiliano Carneiro Borges, da facção legalista” (APIO, 2002, p. 3).

No dia 24 de julho de 1923, o jornal *A Federação* trazia em matéria de capa a seguinte chamada: “*Os bandoleiros de Demétrio Ramos foram completamente derrotados – 48 mortos e numerosos feridos*”. A notícia dava-se pela publicação, na íntegra, de telegrama do coronel Firmino Paim Filho, comandante da Brigada do Nordeste, ao presidente do estado. Neste, eram relatados detalhes sobre o combate que dera-se no dia 19 de julho na fazenda do Capão Alto, entre tropas de Demétrio e as forças legalistas. Segundo consta no telegrama, Demétrio e Fabrício haviam proposto ataque simultâneo, partindo Campo Belo e Campos Novos, sendo que, deste último, partiu a tropa de Demétrio, constituída de cerca de 350 homens. Após a batalha que durou mais de cinco horas, os maragatos recuaram, deixando no campo de batalha grande quantidade de armamento e munição. A mesma mensagem fazia menção sobre a existência, entre os itens abandonados, de vários caixotes de munição em que contava escrito: “Ao governador de Santa Catarina” (A FEDERAÇÃO, 24/07/1923, p. 1). O coronel Firmino mencionava ainda, ter notado entre os comandados de Demétrio muitos indivíduos trajando fardamento do corpo de segurança catarinense.

Inimigo político de Borges de Medeiros, exercia o cargo de governador de Santa Catarina naquele ano, Hercílio Luz, o qual era acusado pela imprensa rio-grandense de proteger os revolucionários de 1923, haja visto que, sempre que houvera algum combate próximo à fronteira dos dois estados e vendo-se em desvantagem, os maragatos recolhiam-se em território catarinense e de lá organizavam novas investidas (O BRASIL, 28/07/1923).

Depois de vários confrontos, “borgistas” comemoravam suas vitórias. Em maio bateram o grupo liderado por Fabrício Vieira na Invernada Velha. Em julho o bando de Demétrio Ramos no Pinhal. E, em setembro, venceram os dois em Cerquinha e Fazenda Nova, na margem do rio das Contas (A FEDERAÇÃO, 04/10/1923). Por outro lado, a imprensa de outros estados dava outras versões sobre as contendas. O jornal *O Combate*, de São Paulo, sob o título “*As forças libertadoras alcançaram vitórias estupendas*”, noticiava ter Demétrio liderado ataque sobre os situacionistas em Vacaria e Lagoa Vermelha, tendo heroicamente saído vitorioso (O COMBATE, 01/08/1923, p. 2).

A dualidade de versões sobre os combates refletia o próprio contexto político do momento. Os jornais serviam como mecanismos de difusão dos ideais “borgistas” e “assistas”, cada qual utilizando-se dos impressos para angariar apoio da opinião pública. Assim como o jornal *A Federação*, de Porto Alegre, era mantido pelo Partido Republicano, e por isso prestava serviços a Borges de Medeiros, outros noticiosos contrários ao governo engajaram-se na causa de Assis Brasil, a exemplo dos jornais: *O Maragato*, de Livramento; *Echo do Sul*, de Rio Grande; *Correio da Serra*, de Santa Maria; *Correio do Sul*, de Bagé. Esses impressos, contudo, sofreram intensa perseguição do governo estadual, o qual proibiu sua circulação com intuito de silenciar a oposição. Por outro lado, os revolucionários promoveram o empastelamento¹¹ de vários jornais governistas, inclusive agredindo fisicamente seus redatores (LEITE, 2016).

A partir de setembro, a Revolução entrou em declínio, castigados pelas várias batalhas e com a falta de suprimentos bélicos, os revolucionários já acossados, aceitaram um acordo. As negociações de pacificação foram intermediadas pelo então ministro da guerra, Setembrino de Carvalho – general comandante da derradeira expedição militar que derrotou os sertanejos rebelados na Guerra do Contestado (1912-1916) –, que pôs fim ao conflito, porém sem conseguir destituir Borges de Medeiros do cargo de presidente do

¹¹ Denomina-se de empastelamento, em tipografia, a mistura, desorganização ou mesmo a destruição dos tipos e outros elementos destinados a impressão. Na história do Brasil houve vários casos de empastelamento, principalmente durante a ditadura militar e não somente às redações dos jornais, mas também às bancas que os vendiam.

estado. Um tratado de paz foi assinado em 14 de dezembro de 1923, conhecido como o Pacto de Pedras Altas. Se, por um lado, os “assistas” não conseguiram destituir Borges de Medeiros, por outro a revolução permitiu-lhes obter a reforma da Constituição estadual de 1891, retirando de seu texto a possibilidade de reeleição e a escolha do vice pelo próprio presidente do estado. Também ficava vedado o voto descoberto, adaptando as eleições municipais e estaduais conforme a legislação eleitoral federal, além de anistia geral aos rebelados.

Destino derradeiro, outra Revolução

Com o fim da Revolução de 1923, Demétrio voltou para o estado o qual havia ele radicado anos antes, o Mato Grosso, no município de Três Lagoas, atual estado do Mato Grosso do Sul. Como já mencionado anteriormente, na mesma região, seu irmão, Laureano Ramos, logo após o fim da Revolução Federalista (1893-1895), comprara fazendas, dedicando-se a pecuária. Naquela localidade, ambos irmãos também passaram a viver do comércio. Contudo, no Brasil ainda permaneciam as instabilidades políticas do início da República. Conflitos como a Revolta Paulista de 1924 e a Coluna Prestes (1925-1927), sacudiam as sanhas de vários ex-revolucionários pelo país, e com Demétrio não foi diferente.

Em 1930, através de um golpe militar, Getúlio Vargas assumiu o cargo de presidente da República, instituindo uma ditadura que, dentre outros atos, retirou parte da autonomia dos estados. A perda de poderes pelas oligarquias estaduais e a posterior revogação da Constituição de 1931, bem como a prerrogativa presidencial de nomear interventores, desencadearam uma série de descontentamentos em vários setores da sociedade. Como agravante, a morte de quatro estudantes paulistanos, ocorrida em maio de 1932, defensores da criação de uma nova Constituição, deu início, em São Paulo, a um movimento armado, o qual contou ainda com a participação de tropas do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Mato Grosso. Era a Revolução Constitucionalista de 1932.

Aliados do paulistas, a elite política da região sul do Mato Grosso – atual Mato Grosso do Sul – declarou-se emancipada em 1932 ao aderir a Revolução, criando assim o estado de Maracaju, existindo simbolicamente de julho a outubro daquele ano. Três Lagoas foi base de resistência às investidas das tropas federais, tendo as repellido por mais de uma vez. Do dia 2 à 22 de julho de 1932, Demétrio Ramos assumiu o cargo de prefeito de Três Lagoas, em plena Revolução Constitucionalista. Certamente seu envolvimento não se deu apenas na figura de um *alcaide* municipal, é provável que estivera envolvido com as bases do levante. Todavia, não se tem até o presente momento muitas fontes que deem conta da sua efetiva participação no evento. Essa é uma lacuna que futuras pesquisas poderão sanar, revelando novos nuances de um período conturbado da história brasileira e do qual esse intrigante personagem fez parte. O que se sabe é que Demétrio morreu em Três Lagoas, em 1961, com 104 anos de idade (APPIO, 2002). Com Eulália Lacerda Ramos, Demétrio teve doze filhos.

No Contestado, a atuação de Demétrio Ramos na região do Timbó, anos antes do estopim da guerra, contribuiu substancialmente para a adesão de parte da população do planalto meridional ao movimento sertanejo, pois estes, além de familiarizarem-se com o manejo das armas, comungaram de diferentes motivações, agregando nos redutos do norte interesses que iam desde a luta pela terra, contrariedade pela cobrança de impostos, oposição a exploração sistemática da madeira – e posterior comercialização da terra a colonos estrangeiros –, até interesses políticos na questão de limites. Enfim, um contexto multifacetado que atraiu dissemelhantes personagens, como Demétrio José Ramos: “o caudilho do Timbó” (A NOTÍCIA, 08/02/1906, p. 1).

De acordo com Machado (2004, p. 30), “num período de nítida hegemonização das relações capitalistas, notadamente de generalização da propriedade privada sobre o solo, da transformação da terra em equivalente de capital, nenhum grupo social se encontra imune ante este processo”. Alianças, insatisfações locais e regionais, perseguições de cunho político, disputas por territórios e por terra, reivindicações de classe, movimentos rebeldes em luta por distintos objetivos, estrugiram o Brasil. Demétrio, ora perseguido, ora perseguidor, é a imagem da contrariedade enfrentada pelos governos estaduais e federal,

que viram no bojo de suas condutas o dissabor do desagrado e a iminência do encorajamento para o conflito. Conflitos que sacrificaram inúmeras vidas, em sua maioria constituída de uma população espoliada e subjugada pelos interesses da elite oligárquica.

Considerações finais

Por fim, ao passo de uma discussão acerca da Primeira República, especificamente sobre as formas como o Estado nacional operava nos sertões, vislumbra-se um quadro conturbado de arranjos políticos. A nova configuração estabelecida pelo regime republicano criou uma série de questões e contestações que conflitaram com interesses de grupos específicos nos estados. Ao mesmo tempo, a construção do modelo federativo incitou diversos setores da sociedade a reivindicar e lutar por maior autonomia, como também resistir às mudanças no aparato oligárquico, latifundiário e político. E é em meio a esse inquieto cenário, que Demétrio Ramos se fez representação de um imbrincado emaranhado de revoltas e revoluções, que por sua vez demonstram a inexistência, de fato, de um projeto de nação coeso – conforme pregava a campanha republicana durante o Império –, haja vista a própria dualidade de interesses entre aqueles que desejavam a centralização política e os que se opunham a ela. Portanto, a figura de Demétrio Ramos, assim como tantos outros personagens da Primeira República, denota o perfil de um país em construção, em que as relações de poder entre diferentes grupos era manifesto. Como disse Costa (1999, p. 397) “as oligarquias imperavam por toda parte, mas o seu domínio não se exercia sem a resistência dos grupos minoritários”.

Referências

Fontes

A FEDERAÇÃO, Jornal. Edição de 25/06/1894.

A FEDERAÇÃO, Jornal. Edição de 20/05/1895.

A FEDERAÇÃO, Jornal. Edição de 22/06/1895.

A FEDERAÇÃO, Jornal. Edição de 20/07/1899.

A FEDERAÇÃO, Jornal. Edição de 21/07/1899.

A FEDERAÇÃO, Jornal. Edição de 24/07/1923.

A FEDERAÇÃO, Jornal. Edição de 04/10/1923.

A REPUBLICA, Jornal. Edição de 19/01/1906.

DIARIO DA TARDE, Jornal. Edição de 19/01/1906.

DIARIO DA TARDE, Jornal. Edição de 09/02/1906.

O BRASIL, Jornal. Edição de 28/07/1923.

O DIA, Jornal. Edição de 11/02/1906.

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo dirigida pelo coronel Antonio Pereira da Silva e Oliveira em 18 de setembro de 1906. Florianópolis: Gab. Typographico D' O Dia, 1906.

Bibliografia

APIO, Francisco. *Casa verde: a imigração italiana na Fazenda da Estrela*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2002.

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. *Dimensões*. v. 24. p. 157-172, 2010.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Nova história de Lagoa Vermelha*. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2014.

BRASIL. Acórdão da Ação Cível Originária nº 7, de 06 de julho de 1904. *Supremo Tribunal Federal*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/sobreStfConhecaStfJulgamentoHistorico/anexo/ACOr7ED.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2019.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DAVALLE, Regina. Federalismo, política dos governadores, eleições e fraudes eleitorais na República Velha. *Métis: história & cultura*, v. 2, n. 4, p. 225-246, 2003.

DOSSE, François. *A História em Migalhas: dos Annales à nova história*. Tradução de Dulce da Silva Ramos. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

GUNTER, Axt. A Revolução Federalista (1893-1895): guerra civil no Brasil. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, a. 179 (477), p. 107-136, 2018.

LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa. A imprensa gaúcha na revolução de 1923. *Observatório da Imprensa*, 2016. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/memoria/a-imprensa-gaucha-na-revolucao-de-1923/>>. Acesso em: 24 de out. de 2019.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

MIRANDA, Alcebíades. *Contestado*. 2. ed. Curitiba: IHGPR, 2012.

MOURE, Telmo Remião. *História do Rio Grande do Sul*. São Paulo: FTD, 1994.

MUCHALOVSKI, Eloi Giovane. *Fagulhas do Contestado: os conflitos nos vales do Timbó e Paciência através da imprensa (1900-1908)*. São Paulo: LiberArs, 2018.

PEIXOTO, Demerval (Clivelaro Marcial). *A campanha do Contestado: episódios e impressões*. Rio de Janeiro: Segundo Milheiro, 1920.

PETROLI, Francimar Ilha da Silva. Fronteira Santa Catarina/Paraná: uma análise sobre a "Questão de Limites", 1853-1889. In: TOMPOROSKI, Alexandre Assis; ESPIG, Márcia Janete. (Orgs.). *Tempos de muito pasto e pouco rastro*. São Paulo: Liber Ars, 2018, p. 155-177.

POYER, Viviani. *Fronteiras de uma guerra: imigração, diplomacia e política internacional em meio ao Movimento Social do Contestado 1907-1918*. 350f. (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

PRIORE, Mary Del. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. *Topoi*, v. 10, n. 19, p. 7-16, 2009.

THOMÉ, Nilson. *Da Caá-í, Congõí ou Kukuai ao Chimarrão*: a erva-mate do Contestado na História. Caçador/Lages: Edição do Autor, 2011.

RAMOS FILHO, Celso. *Coxilha Rica*: genealogia da Família Ramos. Florianópolis: Insular, 2002.

RODRIGUES, Rogério Rosa. *Veredas de um grande sertão*: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército Brasileiro. 2008. 430f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

TELES, Luciano Everton Costa. Caudilhismo e clientelismo na América Latina: uma discussão conceitual. *Faces de Clio*, v. 1, n. 2, p. 100-114, 2015.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Foucault revoluciona a história. 4. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2014.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social*: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). 2. ed. São Paulo: Ática, 1977.